

3

CAPÍTULO

QUINTILIANO E A FORMAÇÃO DO ORADOR

Cláudia Mastromauro Cerveira Quintas

Luiz Antonio Ferreira

PALAVRAS NO DISCURSO: RETÓRICA, ORATÓRIA E ELOQUÊNCIA

Uma das maiores escritoras brasileiras, em um inspirado momento de reflexão sobre o cerne de nossa diferença significativa nesta terra, resolveu, por meio dela, dialogar com suas companheiras e algozes: “Ai, palavras! Ai, palavras! Que estranha potência a vossa!” (MEIRELES, 1967, p. 500). Assim é: a palavra, vista sob qualquer ângulo, é forte, pujante, impetuosa, vigorosa, violenta, robusta, ternamente poderosa... Mas é, também, potentemente estranha! Entre outras acepções semânticas, *estranha* é sinônimo de excêntrica, especial, extravagante,

extraordinária, singular. Por congregar em si tantas nuances significativas, a palavra é tudo isso mesmo: uma entidade mágica, fugidia, que toma conta dos sentidos para nos arrebatara, encantar, enraivecer, enternecer, envolver em laços doloridos ou suaves. Quando precisamos de silêncio, ela se cala profundamente em nós, mas continua significando. Quando precisamos de barulhos, ela nos envolve num ritmo irresistível de colorações sonoras e, sempre, de um jeito ou de outro, amiga, nos ajuda a persuadir, a demover, a encantar, a fazer amar, odiar, gritar pela razão, chorar emocionadamente e, assim, convencer. É a palavra que dá valor ao discurso, que propaga a dialética ou imprime autoridade amedrontadora ao dizer. Sempre é energia e, por isso, revela, com seu jeito maroto, os sisudos ou eloquentes seres humanos. Quando articulada, é texto e se mostra-esconde para provocar o discurso. De algum modo, nos preserva sempre: torna-nos verossímeis, mas não necessariamente verdadeiros: a palavra tecida em nós é retórica. Por isso, precisa ser atentamente estudada.

A retórica é teoria do discurso construída a partir do estudo e reflexão sobre duas propriedades humanas: a oratória¹ e a eloquência². Por isso, é uma organização maior, um sistema de estudos da linguagem humana que se organiza por um conjunto de princípios teóricos e possui um fim claramente delimitado: gerar um efeito prático, eficaz, imediato e previamente estabelecido que resulte em persuasão.

Nesse sentido, oratória e eloquência são realizações da retórica. A oratória vincula-se à produção do discurso; a eloquência incumbe-se de a ele dar um valor muito necessário, pois o ato retórico não nasce pronto, não é uma unidade positiva: sempre congrega, em sua natureza dialética, perspectivas diferenciadas diante de uma mesma questão. Por essas razões, a retórica é tradicionalmente conhecida como objeto de disposição argumentativa, como uma técnica compositiva que possui intencionalidade: estabelecer acordos, mover o outro pela exaltação da razão, da emoção ou, simultaneamente e como é mais comum, da razão e da emoção. A retórica, então, por ocupar-se dos estudos teóricos, é considerada como um **saber**. A oratória, por nortear a construção dos discursos escritos e pronunciados, é uma **faculdade**. A eloquência, por explorar a excelsa faculdade de dizer (*sapientia et ornate*), é uma **habilidade**. Em qualquer de suas classificações, a palavra no discurs-

¹ Oratória: adjetivo que se refere a orador e significa a palavra em ação, que sai da boca (*os, oris*). Termo latino que substituiu o helenismo *rethorica*.

² Eloquência: do latim *eloquentia* (*eloquens + tia*). *Eloquens* significa falar, exprimir. *Tia* forma nomes abstratos e indica propriedade de algo. A eloquência é atributo do orador que, por utilização dos meios artísticos, consegue convencer, comover, agradar e ensinar.

so retórico pretende sensibilizar o auditório e, como já afirmava Cícero em *O Orador*, no primeiro século antes de Cristo: “Tendo encontrado o que dizer, e em que ordem, o mais importante é de que modo transmitir” (CÍCERO, 2001, p. 51).

Bem antes de Cícero (106-43 a.C.), na Grécia Antiga, a palavra era o instrumento político por excelência, a chave de toda autoridade do Estado e um meio de domínio e de controle do outro (VERNANT, 2002, p. 53-54). Quando, em 146 a.C., a Grécia, depois do saque de Corinto na guerra Aqueia, comandada pelo general romano Lúcio Múmio, se transformou numa província romana, sob o nome de Acaia, exerceu, não sem suscitar resistência, fecunda influência literária e filosófica sobre os dominadores e fez de Roma “um centro de irradiação de sua arte oratória” (SENGER, 1955, p. 22). Em Roma, então, a palavra, pautada nos gregos, ganhou corpo numa oratória artística e funcional do discurso persuasivo. Dentre os expoentes da oratória romana encontra-se Quintiliano, aquele que dá voz e corpo à oratória, que ensina como o discurso pode ser construído com eficiência e garbo oratório. Tanto Cícero quanto Quintiliano (30-96 d.C.) são os responsáveis por acrescer à teorização da *ars bene dicendi* alguns aspectos pedagógicos fundamentais para valorizar o encantamento da oratória e o prazer que pode proporcionar ao auditório. Neste texto, iremos voltar nosso olhar para a produção de Quintiliano, justamente para posicionar como a influência do contexto sociopolítico se interpõe potentemente nas formas de conceber o ensino de crianças e jovens em momentos tensos e autoritários da Roma Antiga.

UM CONTEXTO E UM RETOR

Falar sempre inspirou cuidados. A influência do contexto político, em qualquer época, conduz a Pedagogia. Na Roma antiga, o caráter bélico e tirânico dos governantes, além de estimular o espírito competitivo de seus governados, tornava-os oradores cuidadosos, meticolosos na articulação dos discursos e escolha das palavras, dos argumentos e das figuras argumentativas. Como afirma Rezen-de (2009), as condições sociopolíticas do tempo de Quintiliano estão representadas com agudo senso crítico em sua obra maior, a *Instituição Oratória*, ainda que não discuta explicitamente questões sociais, políticas, filosóficas ou ideológicas. Essa ideia explica a observação de Senger (1955, p. 21) sobre as origens da eloquência latina vista como arte: “o povo romano é um povo de guerreiros, disciplinados e respeitosos da lei; prefere a ação pronta e resoluta à discussão estéril e aos vãos discursos”. Nesse contexto, os primeiros retores romanos ensinavam a seus alunos a eloquência grega e maneiras de bem exprimir-se com elegância, correção e inclinação artística.

Porque precisamos dizer-nos em diversos contextos, falar ou calar tornam-se fundamentos de uma arte fecunda de representação de si e dos outros no mundo. Clamamos por isegoria, o conceito, promulgado pela democracia grega, que se sustenta no princípio igualitário de manifestação a todos os cidadãos quando o que se discute diz respeito aos assuntos da cidade. Ao mesmo tempo, ao reivindicar a liberdade de dizer, valemo-nos de um conceito, também grego, que remete à isonomia (igualdade de todos perante a lei) e, como era característica da poesia oriunda da Grécia, ao de parrésia (direito de tomar a palavra com liberdade, franqueza e destemor).

Incitado pelo desejo de valer-se livremente das palavras, Gregório de Matos também nos faz refletir sobre o valor do silêncio, sobre o que não falar ou a arte de calar-se e suas implicações positivas ou negativas. Falar, por sua vez, requer consciência acurada de si e da natureza do auditório, e isso implica dois elementos fundamentais que se espalham pelas obras de Cícero: decoro e conveniência. Essa ideia se propagou nos conselhos de Albertano de Brescia (1195-1251), em *Ars Loquendi et Tacendi* (1873): *Quis, quid, cui, dicas, cur, quomodo, requiras*³, para conclamar a prudência ao orador e ressaltar a necessária atenção aos componentes essenciais do discurso oratório: *prépon* (o que convém), *kairós* (no momento oportuno). A consciência do orador, desse modo, torna-se fundamental para captar a benevolência dos ouvintes e os *loci* em que se encontra o que convém.

Entre a palavra e o silêncio clamado por Gregório de Matos, há, pois, toda uma história sobre o uso do verbo no mundo. No contexto da Roma do século primeiro do Império, Quintiliano (35-95 d.C), movido por sua profissão de advogado e propensão incontestável para a educação, dedicou boa parte de sua experiência para apresentar um modelo de formação e de eloquência muito refletido e, depois, secularmente bem aceito. Cícero (106-43 a.C), com quem se alinha na arte oratória, cultivava a simplicidade e a objetividade na arte de falar, postura aceita por Quintiliano, pois, “certamente influenciado por seu mestre, Domício Afer, grande orador e disposto a preservar a tradição ciceroniana em Roma, sempre menosprezou a nova tendência” (BASSETO, 2015a, p. 11), que tinha em Sêneca o maior representante. Quintiliano, então, buscou o orador ideal no conceito de *vir bônus dicendi*⁴ e, assim como Cícero, contribuiu sobremaneira para elevar e ampliar a respeitabilidade da arte retórica na civilização romana.

³ Quem, o quê, a quem digas, procure realmente saber o porquê, de que maneira, quando.

⁴ Homem de bem, perito na arte de falar. De acordo com Quintiliano, o perfeito orador deve aliar o saber e a honestidade em seu viver à perfeição oratória.

O florescimento intelectual e afetivo de um homem se vincula, de muitas formas, ao contexto social e político em que se situa. Nos dois últimos séculos a.C., Roma vivia um período de crise da República e, portanto, de grande instabilidade política. O modelo centrado na supremacia do Senado e instrumento de poder da elite patrícia⁵ sofria contestação de toda ordem. O contexto político romano, da mesma forma, moldou o contexto oratório e duas características são substancialmente importantes: a) a eloquência política dos senadores, homens cultos e refletidos (SENGER, 1955) que se reuniam para debates acalorados e sóbrios para chegar a uma decisão; b) a eloquência do fórum, ao pé do Capitólio, em que o povo se aglomerava para aceitar ou não as leis. Nesse espaço público, à frente de multidão tumultuosa, o orador exercia seu poder oratório, expunha seus argumentos em arengas que, como afirma Senger (1955, p. 22), caracterizavam-se pela “grosseria da linguagem e brutalidade das injúrias. Não convém falar de eloquência ou de arte oratória a propósito desses debates apaixonados, marcados pelo caráter de rudeza dos costumes da época”. A influência cultural grega, porém, emprestou rumos mais elaborados à retórica romana. Nesse sentido, a linguagem incisiva de Quintiliano (Instituição Oratória, XII, 9, 9) é bastante clara: não se deve persuadir por meio de uma eloquência canina. Cícero, nas *Tusculanae Disputationes* (1971), também exorta: Não convém de modo algum que o orador sinta ira: convém que a simule⁶.

Ressalte-se, por conseguinte, a necessidade de competência oratória e das sutilezas do que se considera eloquência eficaz: o orador deve gerir – com arte, técnica, vigor e brevidade – as palavras para, desse modo, imprimir sua personalidade e angariar confiança (*fides*) do auditório. Por si, a palavra não desperta um juízo de valor, mas, se atrelada à voz de quem a emite, torna-se potentemente confiável ou digna de desprezo. Na sociedade de Cícero e Quintiliano, como afirma Pernot (2016), a palavra publicamente pronunciada era “performativa” e, sobretudo, séria. Exigia, por isso, estudos acurados. Associava a imitação à criação e propagava meios de construir um orador muito competente e respeitável. Nesse contexto, surgiram os primeiros retores romanos, que lecionavam o que recolhiam da eloquência grega e, por meio de exercícios de declamatória sobre

⁵ Patrícios: do latim *patres* (pais), constituíam a aristocracia da Roma Antiga desde o período régio até a queda de Roma. Formavam uma espécie de nobreza hereditária, eram grandes proprietários de terras e gozavam de privilégios como a isenção de tributos e a exclusiva possibilidade de governarem a cidade, ao se tornarem senadores e magistrados.

⁶ *Oratorem vero irasci minime decet, simulare non dedecet.*

temas amplos e gerais, introduziam os jovens no caminho da oratória e da valorização da língua latina.

Pelo contexto político, também é possível entender a importância da palavra: de 753 a.C a 509 a.C., Roma viveu um período monárquico e teve sete reis que se incumbiram dos poderes executivo, judicial e religioso. O Senado (Conselho de anciãos) cuidava do poder legislativo e aprovava ou não as leis criadas pelos reis. A monarquia iniciou-se em 509 a.C e encerrou-se em 27 a.C. Nesse período o Senado ganhou poderes: cuidava das finanças públicas, da administração e da política externa. O poder executivo, por sua vez, era exercido pelos cônsules e tribunos da plebe. As principais personagens da oratória romana nasceram já no Império, período contido entre 27 a.C e 476 d.C.

Pouco antes de Quintiliano nascer, Roma era governada pelo Imperador Augusto (27 a.C. a 14 d.C.), o fundador da dinastia júlio-claudiana. Quando Marcus Fabius Quintilianus veio ao mundo, entre 30-35 d.C., em Calagurris, hoje Calahorra, na comunidade autônoma de La Rioja, na Espanha atual, Roma era governada por Tibério (14-37 d.C), segundo imperador de Roma, um ser excêntrico, dominado por preocupações ligadas a conspirações e golpes de Estado e causador de um clima de instabilidade generalizada no Império ao mandar matar grande parte de sua família e senadores destacados.

Roma não se sentiu mais segura com o sucessor de Tibério, Caio Júlio César Augusto Germânico, também conhecido como Caio César ou Calígula (37-41 d.C), o terceiro imperador romano pertencente à dinastia júlio-claudiana. Quintiliano tinha aproximadamente dois anos quando Calígula assumiu o governo. O Imperador, que fora criado no ambiente hostil do Império de Tibério, mostrou-se igualmente instável, tomou a perseguição como norma e mandou matar muitas famílias tradicionais romanas. Essa atitude ameaçadora provocou uma conspiração. No ano 41 d.C., aos vinte e nove anos de idade, depois de estar no poder por três anos e dez meses, Calígula foi assassinado pelos membros de sua Guarda Pretoriana e deixou para a História um legado de extravagância e crueldade.

Nesse tempo, Quintiliano ainda vivia na Espanha, já que fora educado até os doze anos em casa por seu pai. Retor e filho de retor, foi, para seguir a tradição familiar, enviado a Roma no início de sua juventude para, de acordo com alguns historiadores, ser aluno do gramático Rêmio Palêmon e dos retores Servílio Numânio e Domício Afer. O contexto político romano, conduzia a pedagogia dos mestres romanos: imbuir seus alunos do espírito de competição e, dessa forma, torná-los oradores cuidadosos com a gramática e a constituição do discurso persuasivo.

Todo o contexto romano, por certo, exigia atenção dos retores quanto à prudência e adequação do discurso. Calígula, o imperador conhecido por sua natureza extravagante e cruel, fora assassinado em 41 d.C. Seu sucessor, Tibério Cláudio César Augusto Germânico (41-54 d.C.), o quarto da dinastia júlio-claudiana, fora alçado ao posto de imperador por algumas conveniências julgadas positivas para os propósitos da Guarda Pretoriana: colocar no poder alguém que fosse facilmente controlável. Cláudio era ideal nesse sentido: um ser débil e inexperienced politicamente. Por possuir deficiências físicas (coxeadura e tartamudez), fora estigmatizado até pela mãe que, como muitos, o julgava tolo. O Imperador, porém, mostrou-se um brilhante estudante, historiador muito competente, excelente estrategista militar ao expandir o Império com a conquista da Britânia e, quando morreu por envenenamento, em 54 d.C., ganhara inteiramente o carinho e respeito de seu povo.

Com a morte de Cláudio, assumiu o governo, aos dezessete anos, Lucius Domitius Ahenobarbus, que adotou o nome de Nero Claudius Caesar Augustus Germanicus (54-68 d.C.). Nero é uma das figuras históricas mais polêmicas de todos os tempos e alguns fatos colaboraram para a fama de imperador violento e desequilibrado: no ano de 55 d.C., matou o filho do ex-imperador Cláudio. Em 59 d.C., ordenou o assassinato de sua mãe Agripina. Depois de alguns erros estratégicos graves e de ter arruinado as finanças do Estado em aventuras como a construção do seu palácio dourado, Nero foi declarado um inimigo do Estado e fora da lei. Suicidou-se, em Roma, no dia 6 de junho de 68 d.C. Desaparecia, assim, a dinastia júlio-claudiana e Roma, finalmente, encontraria alguma estabilidade política com os governos de Oto, Galba e Vitório (68-69 d.C.), Vespasiano (69-79 d.C.), Tito (79-81 d.C.) e Domiciano (81-96 d.C.).

Em 61 d.C., quando Nero governava, Quintiliano retornou à terra natal e iniciou sua carreira pública, na Hispânia, como advogado e professor de retórica. Dedicou-se ao ensino por vinte anos e especializou-se no aperfeiçoamento dos oradores nos tribunais. Foi reconduzido a Roma por Galba (68-69 d.C.), governador da província Terraconense, e, levado ao cargo de pretor no Tribunal Superior Terraconense (SIHLER, 1920), vivenciou o cenário de conflitos e as ações de Vespasiano (60-79 d.C.) para apaziguar as turbulentas e alvoroçadas relações políticas causadas pelos governos anteriores, popularmente rechaçados por suas atitudes autoritárias e conduta desonrosa. Basseto (2015a) recolhe as informações de São Jerônimo para traçar a rota percorrida por Quintiliano:

Foi o primeiro a abrir uma escola pública de retórica em Roma, no oitavo ano do imperador Domiciano; essa instituição foi oficialmente reconhecida, pelo que seu

retor passou a receber um salário do Estado de 100 mil setércios por ano, quantia estabelecida anteriormente pelo imperador Vespasiano para os retores romanos e gregos (BASSETTO, 2015a, p. 8).

Enquanto gestava sua obra maior, praticava sua profissão com muita competência e instruía discípulos como Plínio, o Moço, o historiador Tácito, os sobrinhos de Domiciano e os filhos da Imperatriz Domitila (BASSETTO, 2015a). Quintiliano conquistou, assim, prestígio público e, segundo nos informa Bassetto (2015a, p. 8), foi considerado por Marcial, um autor satírico (40-104 d.C.), o “guia da mocidade desorientada” e a “glória da nacionalidade romana”. Senger (1955, p. 32) também recolhe em Marcial outra antonomásia atribuída a Quintiliano: “a glória da toga romana”. Uma de suas obras, que não chegou até nós, já anunciava essa preocupação fundamental com os caminhos da oratória e da educação: *Causas da Eloquência Corrompida (De causis corruptae eloquentie)*.

Roma já completara o primeiro século da consolidação do Império e Cícero já morrera há quase 150 anos, mas deixara marcas profundas no pensamento romano. Atento às demandas de seu tempo, Quintiliano gestava um corajoso projeto de reviver a eloquência já desacreditada e de restaurar as Letras. Em sua época, o cidadão não podia mais atuar efetivamente nas decisões políticas como ocorria em tempos mais antigos, não havia mais debates acirrados nas assembleias, e os embates entre oradores eram uma forma de espetáculos de autoelogio e de prática do discurso laudatório. Como afirma Rezende (2009, p. 17-18):

A retórica enquanto invenção grega se desenvolveu, dentre outros, com o propósito de oferecer um ensino intelectual, que se identificasse com cultura geral. Sabemos, ainda, que a retórica se prestava a uma finalidade prática, já que podia voltar-se para o mundo objetivo, na medida em que, através dela, se podia fazer a defesa de uma causa. Essa retórica, no entanto, transplantada para o território romano, agora investida de toga, transcendeu os limites do saber para se tornar uma oratória essencialmente do poder, não apenas de poder político em sentido estrito, mas de todas as relações sociais em que possa ocorrer alguma forma de poder consubstanciado em um discurso linguístico. É preciso notar, sobretudo, que a retórica pode prestar-se como recurso primordial, especialmente quando a demonstração objetiva não é mais possível e, por isso mesmo, se demandam juízos de valor.

Quintiliano não era favorável à prática dessa oratória essencialmente “do poder”, embora lhe causasse preocupação a relação de proximidade que mantinha com a família imperial, devido às atribuições ligadas à formação dos jovens futuros governantes. Ainda assim, o mestre de retórica reavivou o pensamento ciceroniano por meio de argumentos muito consistentes (Livro X da *Instituição Oratória*): a obra de Cícero demonstrava profundo conhecimento teórico e

habilidade técnica e sensibilidade poética muito propícias para constituir o modelo a ser seguido nas escolas romanas. Conforme esclarece Brink (1989), foi graças a esses argumentos, ligados à moralidade intelectual e pública da retórica e à nobreza classicizante do estilo ciceroniano, que o modelo de Quintiliano conseguiu, enfim, a aprovação do Imperador.

Enquanto os governos se sucediam e a oratória encontrava-se em declínio, Quintiliano sofria duros reveses na vida privada. De acordo com Bassetto (2015a, p. 8):

Ao que tudo indica, casou-se bastante tarde e provavelmente em 89 perdeu a esposa de apenas dezenove anos; no ano seguinte, morreu-lhe o filho mais novo, aos cinco anos; enquanto redigia a *Institutio*, faleceu o mais velho, aos dez. Foram fatalidades muito sentidas, tanto mais que seus escritos o mostram uma pessoa afetuosa, sensível e de um extraordinário bom senso. Sua figura humana é delineada por Juvenal como um homem sério, de postura grave.

Entre as atribuições políticas e dramas pessoais, esse homem “talentoso e belo e enérgico; abençoado pelos deuses e sábio e nobre e generoso” (JUVENAL, apud BASSETTO, 2015a, p. 8) ensinava a juventude romana e, acumulado de honrarias como *ornamenta*: títulos honoríficos; *consularia*: poderes próprios de cônsul e *laticlavia*: toga especial com bordas de cor púrpura, característica da nobreza romana (BASSETTO, 2015a), a pedido dos amigos, resolveu, por fim, quando se aproximava dos sessenta anos de idade, escrever aquela que é, na opinião de muitos estudiosos, uma verdadeira enciclopédia sobre retórica e educação: a *Instituição Oratória*, publicada provavelmente em 96 d.C. e dividida em doze livros.

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO E UMA OBRA IMORTAL

Já no prefácio do Livro I, capítulo 9 de sua *Instituição Oratória*, Quintiliano resume suas intenções de forma muito clara e didática: “Mas estabelecemos que somente o homem bom pode ser o orador perfeito: por isso, exigimos nele não só exímia habilidade de falar, mas todas as virtudes do espírito” (QUINTILIANO, 2015a, p. 23). Nesse sentido, acentuou, em toda a obra, a exaltação da dignidade humana, das qualidades morais irreprensíveis (*bônus*), e a ampliação da capacidade técnica (*peritus*) do orador e da teoria oratória por meio da *gravitas*⁷ romana. Os aspectos éticos e o bem-estar moral foram privilegiados em indicações técnicas, sobretudo na formação do orador, paralelamente às indicações práticas

⁷ *Gravitas* (peso. Em português, gravidade.): liga-se à personalidade ética, seriedade, honra, apego ao dever. Aproxima-se do *areté* dos gregos.

para a constituição de uma formação moral irrepreensível. Os resultados de sua doutrina, quer retóricos quer pedagógicos, ecoam ainda na contemporaneidade, principalmente porque se baseiam na reflexão sobre condições perenes da natureza humana e sobre questões pedagógicas práticas. Quintiliano realçava a ideia de que o orador não se forma apenas por seu talento, mas, sim, pela imitação de estratégias utilizadas por outros oradores, pela assimilação e reelaboração de outros discursos. Valorizou, assim, com seu perspicaz senso crítico e experiência pedagógica, a *imitatio*, não sem ressaltar, já nas primeiras páginas do livro X, que verdadeiramente nada cresce por força apenas da imitação (cf. QUINTILIANO, 2016b, p. 13-17).

Para Quintiliano, a arte retórica é o ideal máximo a ser alcançado, e já no prefácio do Livro I, ele afirma ser necessário reconhecer que nada é indiferente à retórica. Por isso, deseja “descer às coisas menores” e iniciar a orientação desde a infância para assegurar o espaço para as coisas maiores (QUINTILIANO, 2015a, p. 21). Minucioso e atento a todas as etapas de formação do orador, afirma, no primeiro livro, no parágrafo 5, que “não se pode modelar o orador, a não ser seguindo os degraus iniciais” (QUINTILIANO, 2015a, p. 21). Desse modo, faz uma breve reflexão sobre a aquisição da linguagem pelas crianças e recomenda que as mães não tenham um falar vicioso, para que não se acostume a criança a praticar uma “linguagem que não deve ser sabida, mesmo enquanto for criança” (QUINTILIANO, 2015a, p. 35). Além disso, aconselha que o ensino do grego preceda o do latim e que, ao completar doze anos, a criança seja encaminhada aos gramáticos para que aprenda o uso da língua de maneira eficiente, correta, adequada ao assunto, concisa, elegante e persuasiva. De qualquer modo, é importante sublinhar que a concepção de Quintiliano é acompanhada por uma exigência muito enfática, que se encontra no parágrafo 9 do livro I: “estabelecemos que somente o homem bom pode ser o orador perfeito; por isso, exigimos nele não só exímia habilidade de falar, mas todas as virtudes do espírito” (QUINTILIANO, 2015a, p. 23). Senger (1955) resume bem o conteúdo dos dois primeiros livros:

As ideias gerais que constituem os dois primeiros livros são excelentes preceitos de educação para os pais e mestres. Quintiliano conduz seu discípulo através de todos os gêneros de instrução que devem tomar os primeiros anos que precedem o estudo da eloquência. Encontram-se a cada passo observações simples, mas luminosas, que a experiência confirmou por meio de exercícios tocantes. É difícil pensar com mais justeza, instruir com mais exatidão, ter razão com mais espírito. Longe dele a teimosia cega e supersticiosa que pretende sujeitar tudo às mesmas regras; sabe sublinhar as restrições convenientes; nele a razão jamais se torna pedante nem a severidade tirânica (SENGER, 1955, p. 32).

A visão de educação de Quintiliano liga-se ao concreto, ao prático, à realidade enfim. No parágrafo 8 do capítulo II do livro II, por exemplo, faz recomendações aos mestres com as seguintes palavras: “O próprio mestre enuncie diariamente, uma ou até mais vezes, algo que os ouvintes relacionem com a própria vida. Embora as lições forneçam exemplos suficientes para serem imitados” (QUINTILIANO, 2015a, p. 237). Com seu estilo muito didático, discorre, então, sobre aspectos fundamentais que devem ser praticados pelo mestre de retórica e a metodologia a ser empregada para a construção do bom orador (*vir bonus*). Sempre com o intuito de aproximar o ensino da realidade, censura veementemente os excessos das habituais práticas de declamação por considerar que eram, em geral, exercícios sobre temas de pouca ou nenhuma relação com a vida real. Nos últimos capítulos do livro se ocupa de definir a disciplina e limitar seu objeto de estudo. Consegue, assim, estabelecer os fundamentos da educação da infância e da juventude por meio de valores pedagógicos de caráter universal.

Embora Quintiliano exorte que apenas pretende aconselhar, o livro II discute o papel do mestre de retórica e declina etapas para a boa condução do ensino da oratória. Tece críticas à prática dos exercícios declamatórios, ineficientes para a formação do bom orador por não passarem de treinos de casos fictícios, desvinculados da vida política. Sua intenção, pois, centrava-se num ensino que formasse tanto para as atividades públicas forenses quanto para causas particulares. A partir do capítulo XI do livro II, posiciona-se sobre a necessidade da instrução retórica e os méritos e deméritos de oradores sem e com formação acadêmica. Reflete sobre a dimensão da retórica científica e fornece conceitos, argumenta sobre a retórica vista como arte e como virtude e estabelece relação entre retórica e artes afins. No capítulo XII, parágrafo 10, depois de criticar oradores que bradam em todos os lugares, “batem palmas, metem o pé na terra, batem nas coxas, no peito e na cabeça” para causar encantamento, deixa uma concepção ampla do bom orador: “o orador culto, ao contrário, prefere ser e parecer modesto e sabe usar um tom simples, diversificar o estilo e ordenar as ideias, como também, ao expor, adequar a expressividade a cada gesto” (QUINTILIANO, 2015a, p. 311).

No primeiro parágrafo livro III, o autor resume seus passos e intenções no livro II:

Com as investigações do segundo livro, mostramos o que é a retórica, qual é seu objetivo e também que se trata de uma arte que tem utilidade e requer uma virtude; submetemos-lhe todos os assuntos como matéria, sobre os quais for preciso se pronunciar (QUINTILIANO, 2015a, p. 405).

No mesmo parágrafo, anuncia os demais livros:

A partir daqui, exporei suas origens, seus elementos constituintes e de que modo devem eles ser investigados e desenvolvidos: a maioria dos autores de tratados sobre as artes não se aprofundou nesse aspecto, a ponto de Apolodoro se declarar satisfeito apenas com os assuntos judiciais (QUINTILIANO, 2015a, p. 405).

Do livro III ao VII, expõe, então, com muito acuro, cada uma das partes do discurso. Trata da invenção e da disposição nos gêneros demonstrativo, deliberativo e judiciário para demonstrar características do exórdio, exposição, digressão, narração, divisão, proposição, confirmação, provas, argumentação e o silogismo retórico. Bassetto (2015b) assim os resume:

Nos três livros em questão (IV, V e VI), expõe com minúcias as partes do discurso dentro da ordem lógica para conseguir a vitória no julgamento, Não omite assuntos correlatos, como ao dissertar sobre o inicial estabelecimento dos fatos, trata das digressões, úteis ou dispensáveis; tendo apresentado a preparação para a comprovação, aponta a respectiva divisão (Livro IV). A comprovação é longamente desenvolvida no livro V; distingue as provas “artificiais” e “não artificiais” [...], as de opinião pública, o valor das obtidas mediante tortura, a aceitação ou a rejeição de juramento, provas documentadas de testemunhas, circunstanciais e outras (BASSETTO, 2015b, p. 9).

O livro V é dedicado à argumentação e o VI demonstra a importância dos aspectos patéticos nos julgamentos (*pathos*, disposição dos juízes, a importância do sorriso e o apelo à emoção). O empenho para expor a teoria do modo mais completo possível é visível nos livros VII, VIII e IX. O livro VII explora a divisão, a partição, a ordem e a disposição. O livro VIII exalta as características do estilo do orador e chama atenção para a simplicidade, sobriedade e concisão. Exorta para os cuidados no emprego dos tropos e aponta para os valores e vícios no uso das figuras. A reflexão sobre as figuras se espraia para o livro IX, quando Quintiliano trata minuciosamente das figuras de pensamento e do elemento rítmico na estrutura da peça oratória.

No mais estudado de todos os livros da *Instituição Oratória*, o X, ressalta-se o aspecto prático: estuda-se as fontes do orador para informar e influenciar o juiz: amplo conhecimento lexical, correção da linguagem e muita leitura de obras que serviram, ao longo do tempo, para o estudo da literatura clássica. O livro XI explora a emissão do discurso de modo adequado às pessoas, ao assunto e aos objetivos pretendidos (a quarta propriedade da elocução demonstrada por Cícero). Para ampliar o “tesouro da eloquência”, disserta sobre a importância da memória e indica técnicas de memorização. Ademais, reflete sobre aspectos importantes da *actio* ao discorrer sobre a boa emissão de voz, postura do corpo e vestimenta condizente com o evento.

O último livro traça um retrospecto de toda a obra ao enfatizar o aspecto prático da formação do orador perfeito. Nesse livro, o autor reforça a necessidade absoluta da integridade moral, abordada ao longo de toda a obra, e indica meios para atingi-la. Aponta, ainda, vários tipos de oratória e as compara com a escultura e a pintura. Por fim, aconselha os oradores a se conscientizarem do instante propício para se retirar das lides forenses, a fim de aproveitar o tempo disponível para ampliar os conhecimentos.

Retidão de caráter e conhecimento aprofundado da arte de dizer estão sobejamente explorados na *Instituição Oratória*. Qualquer orador, em qualquer tempo, deveria ler Quintiliano. Sua obra, exatamente como ele a construiu, deveria ser lida por todos os interessados na palavra: com tempo, calma, meticulosidade e espírito altruísta.

REFERÊNCIAS

BASSETTO, Bruno Fregni. Apresentação. In: QUINTILIANO, Marcos Fábio. *Instituição Oratória*. Tomo I. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2015a.

_____. Apresentação. In: QUINTILIANO, Marcos Fábio. *Instituição Oratória*. Tomo II. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2015b.

_____. Apresentação. In: QUINTILIANO, Marcos Fábio. *Instituição Oratória*. Tomo III. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2016a.

_____. Apresentação. In: QUINTILIANO, Marcos Fábio. *Instituição Oratória*. Tomo IV. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2016b.

BRESCIA, Albertano de. *Ars loquendi et tacendi*. In: BRIXIENSIS, Albertani. *Liber consolationis et consilii*. Editado por Thor Sundby. Londres: [s.n.], 1873. Disponível em: <<https://archive.org/details/albertanibrixien00albe>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

BRINK, Charles Oscar. Quintilian's de causis corruptae eloquentiar and Tacitus Dialogus de Oratoribus. *The Classical Quarterly The Classical Associations*, 1989, v. 39, n. 2, p. 472-503, 1989.

CICERO, Marcus Tullius. *El Orador*. Traducción, introducción y notas de E. Sanchez Salor. Madrid, España: Alianza Editorial, 2001.

_____. *Tusculanae Disputationes*. With a English translation by E.J. King. Cambridge, USA: Harvard University Press, 1971.

_____. *On the Orator Books I-II*. (With an English translation by E. W. Sutton – Completed, with an introduction, by H. Rackham). London/England, Harvard University Press, 1948.

MEIRELES, Cecília. *Obra Poética*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1967.

PERNOT, Laurent. *La retórica en Grecia y Roma*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2016.

QUINTILIANO, Marcos Fábio. *Instituição Oratória*. Tomo I. Tradução e notas de Bruno Fregni Bassetto. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2015a.

_____. *Instituição Oratória*. Tomo II. Tradução e notas de Bruno Fregni Bassetto. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2015b.

_____. *Instituição Oratória*. Tomo III. Tradução e notas de Bruno Fregni Bassetto. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016a.

_____. *Instituição Oratória*. Tomo IV. Tradução e notas de Bruno Fregni Bassetto. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2016b.

REZENDE, Antônio Martinez de. *Rompendo o silêncio: a construção do discurso oratório em Quintiliano*. 2009. 280 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2009.

SENGER, Jules. *A arte oratória*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1955.

SIHLER, Ernest Gottlieb. Quintilian of Calagurris. *The American Journal of Philology*, v. 41, n. 3, p. 205-222, 1920.

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.